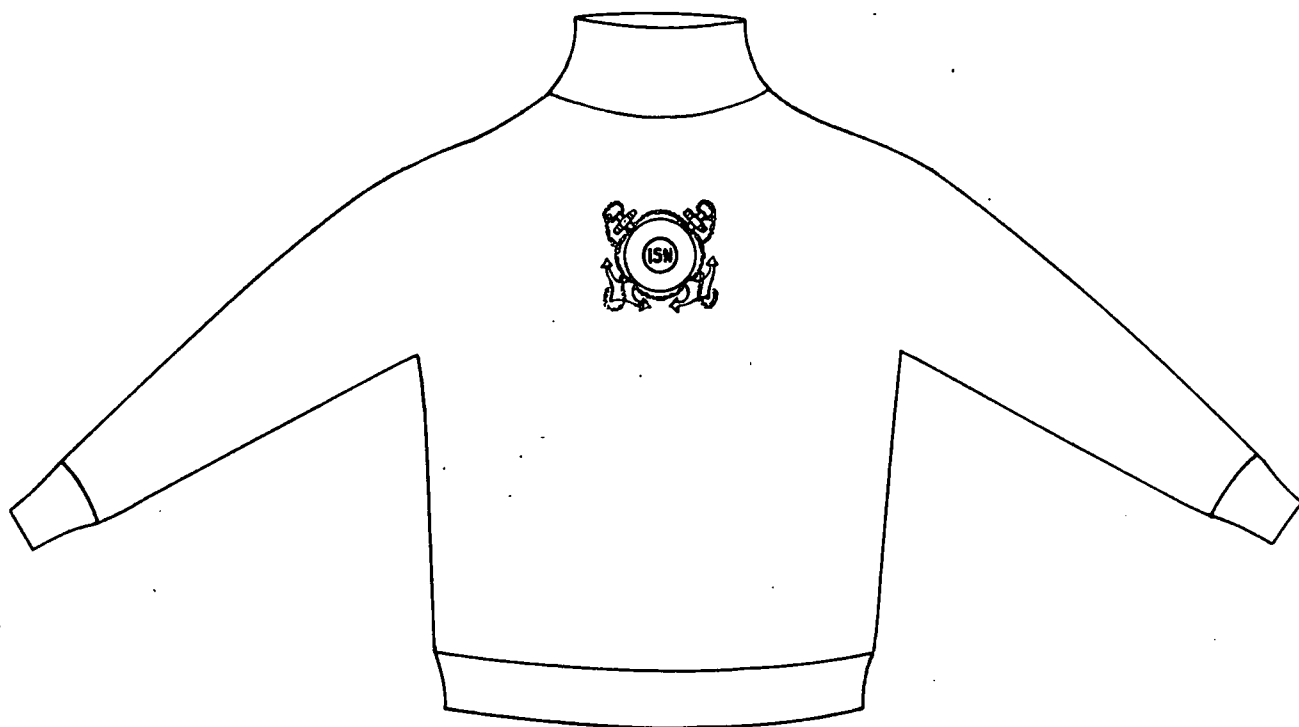


Camisola de lã branca



Ministério da Marinha, 31 de Dezembro de 1957. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Thomaz*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 41 497

A experiência de mais de dez anos do funcionamento da Comissão de Construções Hospitalares, criada pela base XXI da Lei n.º 2011, de 2 de Abril de 1946, demonstrou a conveniência do ajustamento de alguns dos preceitos daquela lei relativos às atribuições e funcionamento deste organismo.

Interessa, com efeito, assegurar um aproveitamento mais amplo da competência especializada da Comissão para o estudo de assuntos e execução de trabalhos respeitantes aos problemas de carácter técnico ligados a quaisquer obras ou ao equipamento dos estabelecimentos hospitalares, ainda que fora do âmbito definido na citada Lei n.º 2011.

Por outro lado, as proporções atingidas pela utilíssima actividade de assistência técnica às entidades que têm a seu cargo a construção dos hospitais sub-regionais e outros estabelecimentos hospitalares no regime de comparticipação do Estado implicam a revisão do critério de limitação do montante das despesas gerais da Comissão.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Comissão de Construções Hospitalares, criada pela base XXI da Lei n.º 2011, de 2 de Abril de 1946, compete:

- a) Organizar os programas de construção, adaptação ou ampliação e equipamento dos hospitais centrais e regionais;
- b) Escolher e adquirir os terrenos e prédios necessários e promover as expropriações julgadas convenientes;
- c) Promover a elaboração dos projectos;
- d) Dirigir e fiscalizar os trabalhos;
- e) Assegurar o pagamento das despesas;

- f) Informar, propor a comparticipação e fiscalizar as obras de construção, ampliação ou adaptação e o equipamento dos hospitais sub-regionais e restantes estabelecimentos hospitalares e, bem assim, prestar às entidades interessadas a assistência técnica gratuita para a elaboração dos projectos sempre que justificadamente o solicitem;
- g) Elaborar o plano dos trabalhos a realizar;
- h) Executar outros trabalhos relacionados com as obras ou com o equipamento dos hospitais que lhe forem determinados pelo Governo.

§ único. Os programas referidos na alínea a) e a escolha dos terrenos para os estabelecimentos hospitalares carecem da aprovação do Ministro do Interior; o plano anual dos trabalhos deverá ser aprovado pelos Ministros do Interior e das Finanças.

Art. 2.º A Comissão de Construções Hospitalares funciona no Ministério das Obras Públicas e será constituída por um presidente e um vogal, um dos quais será médico, designados pelo Ministro do Interior, por outro vogal designado pelo Ministro das Finanças e por um engenheiro e um arquitecto designados pelo Ministro das Obras Públicas.

Art. 3.º O pessoal técnico e administrativo necessário aos serviços da Comissão será contratado nos termos e com a remuneração que forem aprovados pelo Ministro das Obras Públicas, em conformidade com as leis em vigor.

§ único. Os elementos do pessoal menor que se tornarem necessários serão contratados ou assalariados observando-se o disposto no corpo deste artigo.

Art. 4.º Os vencimentos ou gratificações dos membros da Comissão e do pessoal técnico em comissão de serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 30 896, de 22 de Novembro de 1940, serão fixados por despacho do Ministro das Obras Públicas, com o acordo do Ministro das Finanças.

§ único. As gratificações são acumuláveis com as remunerações que os nomeados recebam pelo exercício de outras funções, mas estão sujeitas aos limites fixados

pelo Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 5.º Além da verba que, para despesas com o pessoal, anualmente for consignada no orçamento do Ministério das Obras Públicas e das dotações necessárias para liquidar o correspondente abono de família e as despesas com acidentes em serviço, a Comissão não poderá despende com a elaboração de projectos e direcção e administração das obras e com a instalação e funcionamento normal dos seus serviços mais de 5 por cento do custo das obras e equipamento, sendo todos os dispêndios levados à conta de despesas gerais.

§ 1.º A distribuição das despesas gerais por cada ano económico será regulada por despacho do Ministro das Obras Públicas.

§ 2.º As dotações de despesas com o pessoal a inscrever no orçamento privativo serão fixadas mediante proposta da Comissão, aprovada pelo Ministro das Obras Públicas, com o acordo do Ministro das Finanças.

§ 3.º Sempre que, em resultado da actividade relacionada com obras e equipamento participados, se verifique a insuficiência das verbas que for possível consignar no orçamento privativo a estudos e projectos e outras despesas de administração poderão estas ser reforçadas por participação do Fundo de Desemprego.

Art. 6.º Para determinação do limite estabelecido para despesas gerais serão considerados os valores que servirem de base à concessão das participações pelo Fundo de Desemprego.

Art. 7.º Sempre que entenda conveniente, dada a sua especial competência, encarregar a Comissão da execução de trabalhos relacionados com estabelecimentos hospitalares não compreendidos na orgânica estabelecida pela Lei n.º 2011, de 2 de Abril de 1946, o Ministro das Obras Públicas fixará a importância que para despesas gerais deve ser posta à ordem da Comissão pelos departamentos orçamentalmente habilitados a satisfazer os encargos com a realização das obras e fornecimento do equipamento.

Art. 8.º Em relação a 31 de Dezembro do corrente ano económico será feito o apuramento das despesas realizadas pela Comissão de Construções Hospitalares em harmonia com as regras estabelecidas no presente diploma e o seu resultado será considerado na distribuição das despesas gerais a realizar a partir de 1 de Janeiro de 1958.

Art. 9.º Na fixação de dotações a consignar no orçamento privativo às despesas com remunerações certas ao pessoal deverão ser considerados apenas, além dos membros da Comissão e pessoal de direcção e chefia, os lugares que se reconhecerem indispensáveis ao enquadramento das prestações de serviço a remunerar por conta das despesas gerais.

Art. 10.º Quando o julgue conveniente poderá o Ministro das Obras Públicas autorizar a elaboração dos projectos em regime de prestação de serviços, sendo as respectivas despesas fixadas por despacho ministerial.

Art. 11.º A Comissão poderá, com autorização superior, enviar missões ao estrangeiro para estudarem assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art. 12.º A Comissão requisitará mensalmente à 8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, por conta dos fundos que forem destinados a estabelecimentos hospitalares no Orçamento Geral do Estado, as importâncias de que necessite para pagamento das despesas, as quais serão depositadas à sua ordem na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Art. 13.º A Comissão prestará anualmente contas da sua gerência ao Tribunal de Contas.

Art. 14.º A Comissão submeterá à aprovação ministerial o seu regulamento de serviço interno.

Art. 15.º É revogado o Decreto n.º 35 621, de 30 de Abril de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1957. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — Marcello Caetano — *Fernando dos Santos Costa* — Joaquim Trigo de Negreiros — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.



MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

Portaria n.º 16 535

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º Nos termos da alínea e) do artigo 3.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 4.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, conjugada com o artigo 13.º do mesmo Decreto n.º 35 770:

a) Abrir um crédito especial de 4:169.643\$85, destinado a reforçar a verba do capítulo 1.º, artigo 7.º «Dívida da província — Para pagamento dos encargos criados pelo Decreto-Lei n.º 39 935, de 25 de Novembro de 1954», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1957 da província de Moçambique, tomando como contrapartida o excesso de cobrança sobre a previsão da verba do capítulo 1.º, artigo 5.º «Impostos directos gerais — Imposto de rendimento», do orçamento da receita do mesmo orçamento geral;

b) Abrir um crédito especial de 2:420.000\$, destinado a reforçar com as importâncias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1957 da província de Moçambique:

CAPITULO 4.º

Administração geral e fiscalização

Artigo 319.º, n.º 1) «Serviços de saúde — Pagamento de serviços — Despesas de higiene, saúde e conforto — Dietas, combustível e utensílios de cozinha para todas as dependências dos serviços de saúde»	900.000\$00
---	-------------

CAPITULO 10.º

Encargos gerais

Artigo 1549.º, n.º 4), alínea b) «Deslocações de pessoal — Passagens de ou para o exterior — Por quaisquer outros motivos — A pagar na província»	300.000\$00
Artigo 1550.º, n.º 4), alínea b) «Diversas despesas — Despesas eventuais — Não especificadas — Na província — Governo-Geral»	500.000\$00
Artigo 1554.º, n.º 1) «Complemento de vencimentos — Para pagamento da diferença de vencimentos a atribuir aos funcionários em serviço no antigo território de Manica e Sofala, nos termos do § único do artigo 14.º do Decreto n.º 31 896, de 27 de Fevereiro de 1942»	720.000\$00
	<u>2:420.000\$00</u>